Desculpe o transtorno. Ainda estamos em obras.

Por Gustavo Ranieri e Renata Vomero

Fotos Rodrigo Fuzar

A República Federativa do Brasil é uma nação com 8.515.767,049 km² de área e 204 milhões de habitantes. Mas o Brasil é também um personagem, uma figura que estamos sempre a cruzar por vias múltiplas, a chamar para uma cervejinha no fim de semana ou a encontrar na fila do supermercado e aproveitar o ensejo para reclamar do calor. Antes fosse se o conhecêssemos bem. Mas, como não é ficcional, ele permanece misterioso, arredio a algumas afirmações. Ao mesmo tempo, tem alegria e tristeza, contradições, paradoxos, tédio, pessimismo e esperança.

A nós, seus camaradas, mais conhecidos como brasileiros, cabe conviver com todas essas dicotomias e compreender que cada uma dessas características nos faz ser um povo único, seja para o bem, seja para o mal. Corajosos são aqueles que se encantam com todas essas peculiaridades e mergulham nessa complexidade para buscar entender algo que vai além, que se questionam e olham para o passado para enxergar melhor o presente e ambicionar o futuro.

A tarefa é difícil, claro, mas fascinante. É esse fascínio que está impresso no olhar de Lilia Schwarcz, antropóloga e historiadora especializada na trajetória do Brasil, seu amigo também. Lilia é uma daquelas estudiosas que fazem seu objeto de pesquisa parecer simples, delicioso, sedutor; Brasil é o seu canto da sereia. É autora dos livros *O espetáculo das raças*, *As barbas do imperador* (pelo qual ganhou o prêmio Jabuti), *O sol do Brasil* (também vencedor de um Jabuti), *História do Brasil nação*, além do mais recente *Brasil: Uma biografia*, em coautoria com Heloisa Starling, e muitos outros aclamados títulos.

Debruçar-se sobre história – e histórias – é a paixão de Lilia Schwarcz. Não à toa, ela é fundadora, ao lado do marido, Luiz Schwarcz, da renomada editora Companhia das Letras, na qual é editora de livros de não ficção. Enquanto escreve, edita e lê, Lilia também ocupa parte de seu tempo para ensinar: é professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo além de Global Scholar e professora visitante na Universidade de Princeton, nos EUA – devido a esse último título, passa dois meses por ano fora do Brasil. Descanso é quase um luxo em meio à rotina conturbada, mas ela não abre mão de passar um tempo ao lado da família, assim como não dispensa uma boa corrida no bairro dos Jardins, em São Paulo, ao lado da filha Júlia Schwarcz, também editora da Companhia das Letras.

Em um 2016 em que a política, a democracia, a economia e o fazer social foram os protagonistas de grandes reviravoltas no âmago desse personagem gigante e sem forma, o encantamento e o comprometimento de Lilia em contar e investigar a fundo a trajetória desse Brasil e dos brasileiros fez com que a estudiosa fosse o convite certeiro para o bate-papo desta edição que encerra o ano. Nesta conversa, Lilia Schwarcz nos presenteia com uma pequena amostra de seu vasto conhecimento acerca do país/companheiro e expõe toda sua pungente brasilidade.

Lilia, uma antropóloga como você, que se debruça sobre a história intrincada do Brasil, se permite ter esperanças?
Muita! Não parece, mas o Brasil: Uma biografia é um livro muito esperançoso. A Heloisa [Starling] e eu sempre dissemos que é uma biografia, porque, como todo personagem, tem momentos que a gente gosta do Brasil, tem momentos que a gente não gosta. Tem momentos que a gente aposta e tem momentos que não aposta tanto. O que é interessante é que, quando nós estávamos terminando o livro, a gente sabia que as coisas estavam acontecendo. O livro é muito esperançoso, porque a gente diz aí: “Um novo capítulo da república vai começar”. E a gente diz: “A democracia vai muito bem, está muito forte, constituída, segura, saudável; a república é que vai mal”. E conversando com a Heloisa agora, tenho dito que a gente precisa escrever sobre a democracia, porque eu, particularmente, acho que ela não vai bem.

Em que sentido ela padece em sua opinião?
A saúde de uma democracia, já dizia Montesquieu (1689-1755), vem da existência de três agências, três poderes, que controlam um ao outro. Em minha opinião, o que é muito bonito da lógica dos três poderes é que cada poder precisa ser vigoroso e autônomo em si mesmo. Então, nós agora, neste momento, que não era exatamente a realidade aqui no livro, estamos vivendo uma situação em que o Poder Legislativo e o Poder Executivo estão muito enfraquecidos. Isso leva, obrigatoriamente, a uma mudança na balança. E o Poder Judiciário fica muito fortalecido. Penso que nenhum de nós há de negar a importância da Lava Jato, que não era uma realidade no final do livro. O que me incomoda é que, como há um poder que está muito forte, ele passa a considerar que o que é verdade para ele é verdade para todo cidadão. O que não é fato. E qual é o nosso papel aí? É controlar a democracia.

Mas é possível apontar a chave que foi virada, fazendo a democracia mudar de rumo? As manifestações de 2013 impulsionaram essa mudança?
Não há uma explicação única, acho que são várias. Eu, por exemplo, dou aula nos Estados Unidos desde 2008 e vi, desse ano até 2013, as minhas aulas sobre o Brasil crescerem muito. Porque parecia que o Brasil tinha uma resposta escondida, vivia uma espécie de realidade paralela: “Eles são assim”, “Estão dando certo”, “É um país que vai dar certo”. Foi um momento entre FHC, sobretudo Lula, que de repente o Brasil virou o país da vez. O que acontecia, o que existia – e, agora, todos nós vemos, mas era possível ver naquela época – é que havia uma grande maquiagem social, a qual não vinha junto com uma preocupação em trabalhar na infraestrutura do país. Me refiro justamente aos nossos problemas de ordem republicana mesmo e de infraestrutura: os problemas com transporte, com saúde, com educação, os nossos problemas com racismo, com sexismo, a violência – que é quase endêmica. Então, há como explicar as manifestações de muitas maneiras, mas penso que, muito na linha do cientista político Marcos Nobre, da Unicamp, o que aconteceu foi uma crise de representação no Brasil e – aí nos meus termos – uma crise de realidade. Ou seja, os brasileiros têm muito de bovarismo, como eu digo no livro, que é essa mania de que “o ser é não ser”. Ou seja, a gente não gosta de se olhar, não gosta de se ver: o outro que é racista, ele não é. E também a gente não gosta de se analisar. Então, de repente, nós brasileiros também embarcamos nesse “Brasil maravilhoso”. O que aconteceu? As manifestações começaram a mostrar uma crise de representação. Na verdade, era como um iceberg: você tem uma pontinha e tinha muito mais embaixo. Mas o começo, eu acho, foram as manifestações. Elas foram belíssimas! A gente diz [no livro] que a democracia está saudável por conta disso, porque você tinha manifestações plurais, de toda ordem, que não estavam abalando o alicerce institucional. E, depois disso, o alicerce institucional começa a ruir. E o auge do topo do iceberg foi essa imensa crise política, que é também uma crise econômica, que é também uma crise social e é uma crise cultural.

Mas não há o risco de essa crise de falta de representatividade ser sentida apenas por uma parcela ínfima da população? Ou seja, de essa consciência abarcar uma enorme minoria?
Olha, a democracia é processo inconcluso, ou seja, não há democracia fechada, não há democracia que se encerre. Mas o que existe dela é que você precisa lidar não com quem é igual, mas com quem é diferente. Com quem é igual é fácil. O difícil é você ter que lidar com alguém de quem descorda profundamente. Então, o jogo da democracia é esse: você só pode achar que está lidando com a diferença se você, mesmo que não concorde, defender até o limite o direito à diferença. E o diferente à sua diferença! Então, a crise é percebida a partir de muitos ângulos, e ângulos que são diferentes por natureza; são plurais e são múltiplos. Essa é a saúde de uma democracia. A verdadeira democracia é quando a gente encontra sentido no voto do meu inimigo, também, e da percepção do meu inimigo. Eu penso que perdi, mas faz parte da democracia saber perder. A gente ensina às crianças: não vale falar “perdi, não estou mais jogando”. A gente faz isso, não faz? Quando a gente não tem o nosso voto reassegurado, você fala: “Não jogo mais”. Tem que jogar com a perda. Nós somos muito maus perdedores. Muito maus!

Nessa democracia contemporânea e desequilibrada, abriu-se um espaço grande para a discussão entre o que se intitula direita e esquerda. Como você analisa esse processo?
Quando as pessoas falam assim: “Foi criada uma nova direita”, não acho que foi criada, acho que ela estava sempre aí. É que “esquerda” e “direita” são termos polares. Ninguém, nesse mundo, se afirma sozinho! Identidade é um fenômeno histórico, contrastivo e relacional. Ninguém chega em uma festa e fala: “Gente, eu sou esquerda” ou você não fala “Gente, eu sou hetero”. A gente fala em circunstâncias. Então, penso que houve um crescimento da direita, porque houve um enfraquecimento da esquerda. Toda vez que um lado falha, o outro vai. Quando fiz a minha formação, tinha um colega meu que estudava o Congresso. Ele é inglês e tinha uma percepção muito engraçada, porque ele falava: “No Brasil, ninguém é direita, todo mundo é centro-esquerda” (risos). Era uma época em que ninguém se elegia se dissesse que era direita. Agora, com a falha do governo... O PT, a gente não pode deixar de dizer, era um ícone da nossa esquerda. É um partido que se elege de uma maneira linda: coloca um operário no governo, vem com uma agenda de inclusão social, inclusão educacional, inclusão cultural. Essa era a agenda bonita de a gente acreditar. O que aconteceu? Nós sabemos cada vez mais que o PT virou um projeto de poder. Eu sempre fui PT. Infelizmente, a gente tem que dizer: virou um projeto de se perpetuar no poder. Concedeu demais. Trouxe a corrupção para dentro. Aqui não estou dizendo, e o problema não é a percepção moralista – que isso é um outro problema do Brasil. Aqui, agora, todo mundo virou moralista. Que é o nosso problema de bovarismo: de repente, eu virei o Dom Quixote, vou lá com a minha espada, julgo todo mundo. Não é um moralismo, é uma percepção de biografista. Desapontou! Você não pode ter um projeto de se perpetuar no poder a qualquer custo. Isso gerou um buraco na esquerda.

E qual é o tamanho desse buraco?
As esquerdas ficaram, e estão, temporariamente acuadas. Não é? Tem outros projetos, tem o PSOL. Não acho que o PT acabou, acho que ele vai ter que se realinhar, se recriar, se reorganizar. E esse projeto combina com a votação do impeachment. Eu digo a vocês, porque disse isso em um artigo: particularmente, acho que, se a gente pensar formalmente, não foi um golpe, porque a nossa constituição prevê o impeachment. Mas essa é uma opinião formal, não é uma opinião real, porque, na verdade, a nossa constituição não protege o presidente ou a presidenta, então, fez com que o impeachment fosse um processo que avaliou tudo, menos o que ele deve avaliar. Foi uma questão administrativa, foi uma questão, sobretudo, da ordem do privado: as pessoas votaram pelo seu deus, pela sua família, pela sua cidade, pela sua zona e não votaram o que estava em pauta. Essa situação escorregadia, que foi o nosso impeachment, não gerou um consenso. O [Michel] Temer é tudo, menos um consenso. Governar é a lógica de produzir comunidades, emoções e consensos. O Governo Temer, salvo engano, não conseguiu produzir esse consenso. Isso, de um lado, favoreceu a direita, dizendo: “Isso tudo é uma bagunça”; de outro lado, enfraqueceu a esquerda, que está novamente enfraquecida com o resultado das eleições de agora e enfraqueceu a nossa democracia. Muito!

Outro ponto fundamental de Brasil: Uma biografia é aquele que se refere à nossa identidade como sociedade. Como podemos firmar o que somos como povo?
Bom, identidade é o grande mal que nos assola (risos). Povos que não tiveram passado colonial, povos metropolitanos, não padecem desse mal. Um francês não vai dormir ou acordar perguntando “quem sou eu?”, “o que faz de um francês um francês?”. O inglês também não. Eles são povos construídos solidamente. Na verdade, são construções históricas. Povos de passado colonial, como o nosso, são povos para os quais a identidade é uma questão. Mas a gente sabe que identidades são construções políticas, porque assumo determinadas identidades politicamente em momentos estratégicos; são construções contrastivas, elas nunca se afirmam no vazio, elas se afirmam como polaridades: se você é branca, eu viro mais escura; se você é de esquerda, eu viro mais de direita. A identidade é a consequência do grupo, não a causa. Grupos que se juntam constroem identidades para si. Dá para entender? Ou seja, eu me junto, então tem essa comunidade chamada “Os brasileiros”, e eu construo alguma coisa que não existe. E o que acontece é que, antropóloga que sou, sei que o que interessa a gente estudar não é quando a cultura imita a natureza; interessa muito mais entender quando a cultura trapaceia com a natureza. E a cultura é tão forte em nós que ela vira tatuagem. É uma coisa que você faz, inscreve na pele e faz parte do seu corpo. Só que cultura é sempre viva, dinâmica, é uma construção material e imaterial que envolve as nossas emoções, os nossos valores. Mas ela é, sobretudo, múltipla e dinâmica.

É como se a cada hora fôssemos algo diferente ou aceitássemos aquilo que nos atribuem, não?
Os brasileiros têm mania de identidade. Nós já fomos de tudo: já fomos gregos, já fomos degenerados, já fomos divinamente mestiçados, já fomos muito exóticos, já fomos tropicais, já fomos canibais (risos). Nós fomos bons selvagens, no modelo francês, que vai de Jean de Léry (1536-1613) até Rousseau (1712-1778). Já fomos tantas coisas. Isso mostra a nossa incessante procura. E o que impressiona muito não é tanto que os outros nos atribuam alguma identidade, mas nós a assumirmos. Na época do determinismo racial, foram os nossos médicos brasileiros que diziam, no final do século 19, que nós brasileiros – porque éramos um laboratório de povos mistos – éramos degenerados. A imagem do Zé Carioca – do Joe Carioca – é uma imagem da Disney do final dos anos 1930-1940. O Joe Carioca era um papagaio. Por que era um papagaio? Porque tinha todas as cores, era muito exótico e ninguém entendia o que falava, ele só repetia. Mas nós nos assumimos Zé Carioca. Juntamos ao Zé Carioca a ideia do “jeitinho”. O que é o “jeitinho”? O que é o malandro? Como diz o Antonio Candido (1918) no belo – belíssimo! – ensaio Dialética da malandragem: “O malandro é aquele que não faz nada de errado, mas também não faz nada de certo”. É aquele que não trabalha, é aquele que usa de expedientes apenas informais, que inflaciona o privado em detrimento da esfera pública. E a gente, durante muito tempo, assumiu esse lado brasileiro. Coitado do Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982): passou a vida assombrado por um conceito e negando a recepção do conceito, e quanto mais ele negou, mais o conceito ficava forte. Até hoje, as pessoas pensam que cordialidade era um elogio. Não era! Era um problema para a nossa modernidade. Mas a gente assume e qual é o perigo disso? O que essa concepção, como se fosse natural, gera? Gera uma passividade. Porque você diz assim: “Ah, se nós somos assim, não há o que fazer. Nós somos corruptos, mesmo. Não há o que fazer”. Mas não somos. Fomos construídos assim.

Historicamente, a divisão inicial do Brasil em capitanias, no século 16, e o nosso tamanho continental atrapalharam muito essa construção de uma identidade?
O Brasil é uma imaginação (risos). Toda nação é um projeto imaginário. Você procura fazer uma comunidade afetiva, que se pensa igual. Quais são as formas de você construir? Com a cultura, com a língua, produzindo esses elementos. Países de proporções continentais, e esse é o nosso caso – não é um caso único, mas é o nosso –, são países que têm que fazer um trabalho extra no sentido de construir sua amarração e, em geral, falham. Até o império falava “os Brasis”, porque uma parte não tinha nada a ver com a outra. A independência, ninguém sabia o que era em outras partes do país. Salvador não aceitou a independência. E a gente está falando do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Era um outro mundo. Eles tinham conexão direta com Lisboa. Eles não tinham que reportar ao Rio de Janeiro de maneira nenhuma! E o Rio de Janeiro só virou capital depois de 1763. [Meu livro] As barbas do imperador é uma tentativa de falar disso, dessa construção de um Brasil. Dom Pedro II teve um governo muito popular, muito estável e que usou da estabilidade econômica que veio do café para construir a nação. E como você constrói a nação? Vou repetir: afetivamente. Então, ele vai pagar para que os historiadores fossem à [Arquivo Nacional da] Torre do Tombo achar a carta do [Pero Vaz de] Caminha. É nesse momento que a gente transforma a carta do Caminha na nossa carteira de identidade. Como assim?! Como só essa carta de Caminha é a nossa carta de identidade? Identidade para quê? Então, ele vai contratar historiadores para construir a nossa história, que tinha que ser uma história imperial; vai contratar pintores e vai contratar literatos que escreveriam os nossos épicos: Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias. O projeto é tão bem medido que os limites entre ficção e não ficção ficam muito porosos. Isso faz com que, pela primeira vez – não todos os brasileiros, mas a tentativa é essa – os habitantes desse território se sentissem como brasileiros.

Esse processo prossegue depois de Dom Pedro II?
Essa formação de um Brasil vem do século 19 e é fortemente construída e estacada nos anos 1930. Getúlio [Vargas] tem um papel fundamental nesse sentido. E os nossos governos militares têm um papel fundamental. Lembra? “Esse é um Brasil que vai para frente”, botando índio, negro e branco fazendo propaganda. E o governo Lula vai ter um papel muito grande nessa ideia de conformar um Brasil. Existe? Não existe. O que une São Paulo, que é uma cidade ultracosmopolita, a São Gabriel da Cachoeira, na Amazônia? É uma balela, mas é assim que se constroem as nações. E o Sul vai tentar se separar a vida inteira (risos). Porque o Sul tem uma outra lógica. Nós temos muitos “Brasis”: você tem um Brasil mestiço no Centro, você tem um Brasil indígena no Norte, um Brasil africano, um Brasil que dialoga com o Cone Sul. Não é possível dizer que Salvador seja só africana e que Manaus seja só indígena. Não é! Mas são escalas, são acentos. Mas continuam a ser muitos “Brasis”.

Dentro desses Brasis, como a sociedade lida hoje com a própria miscigenação?
Acho que a gente não lida muito bem. Acho que esse é um país que tem um grande impedimento. Todas as nações carregam seus fantasmas. Começamos a lidar, agora, com esse problema. É incontornável que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão mercantil. E, mesmo assim, faz isso com muito silêncio. Nós falamos que nós “ganhamos a liberdade”. Como alguém, como a Princesa Isabel, pode nos dar a liberdade, se a liberdade é um direito de todos? Ninguém tem a faculdade de dar a liberdade a alguém. Então, a liberdade foi conquistada! Conquistada pelas populações negras, pelas populações de passado africano. Outro problema nosso é que a gente fala em escravizados, mas no passado fomos africanos, fomos jejes, nagôs, de Moçambique, de Angola, de nação Mina. Qual o problema de você dizer que, no passado, fomos escravos? É que você cria políticas de humilhação, e não políticas de autoelevação. Isso me impressiona muito no Brasil. Essa história começou muito com o crítico de arte Adriano Pedrosa quando nós fizemos a curadoria de uma exposição chamada Histórias mestiças. E uma questão, que víamos lá, é um tema tão forte no Brasil: quantos artistas nós temos que fazem uma arte negra? Não me refiro a artistas que sejam negros. Estudo Lima Barreto – estou preparando uma biografia sobre ele –, que é um dos poucos artistas, eu diria, que faz uma literatura negra. Não só porque ele é negro, mas porque os personagens dele são negros, porque as situações envolvem populações negras, porque ele está preocupado em falar de quais são os problemas do pós-escravidão, do pós-abolição, quais são os sofrimentos, que essa é uma população sempre acusada de roubar, de ser violenta. Vejam! Eles, que sofreram tanto! A mesma coisa acontece nas artes. Nós estamos crescendo agora. Mas esse é um fenômeno recente. Vou culpar os artistas? Não, tenho que valorizá-los. Mas isso é, de alguma maneira, o resultado dessa nossa visão muito acabrunhada, muito escondida da questão racial no Brasil. Nós somos um povo misturado e separado, junto, e essa que é a dificuldade, a gente tem de lidar com esse tema.

Obviamente, nesse processo da abolição da escravidão, não foi construído nada que culminaria na formatação de uma base educacional para a população negra. Podemos afirmar que os resquícios dessa não política estão presentes até hoje?
Essa pergunta é ótima, porque, por exemplo, não sei se vocês sabem, mas, na época, havia uma divisão, inclusive, interna: os libertos que conquistaram a liberdade em 1888 eram chamados de “Os 13 de maio”. Criou-se, mesmo, uma categoria de acusação propriamente dita. Como se eles fossem menos. E é exatamente isso: a Lei Áurea foi a lei mais curta que já foi feita. Na época, muitos estudiosos mostram que existiam vários projetos para a abolição. Os senhores pediam ressarcimentos para eles mesmos. Mas existiam, também, projetos de abolicionistas que pediam ressarcimentos para a população ex-escrava, para a população de libertos, usando esse argumento: essa população que foi impedida de ter acesso ao letramento, que foi impedida de ter acesso a profissões liberais, tem que ser preparada, tem que ser ressarcida. Nada disso aconteceu! Nós fizemos a lei mais curta, a lei mais breve da história do Brasil. E o que aconteceu? Qual o problema da ideia de dádiva da Princesa Isabel? É que, quando a gente diz que você ganhou um presente, você produz um regime de fidelidades e um regime de dependências muito grande, porque você tem que devolver. Você fica em dívida. E isso é muito ruim. Tanto que, boa parte dessa população, ficou nas fazendas, com regimes muito semelhantes, como nós sabemos. Então, demora muito, custa muito. Quando digo, por exemplo, que sou a favor de ação afirmativa e de cotas, penso como políticas transitórias, porque às vezes é preciso desigualar para igualar. E mirar apenas um modelo estrangeiro, de alguma forma, é fazer um bovarismo, porque você olha para países que têm realidades populacionais e históricas muito distintas da nossa.

Mas, infelizmente, ainda não podemos dizer que estamos livres do preconceito racial.
Penso que desde o final dos anos 1970, com o recrudescimento da linguagem dos direitos civis – que são esses direitos à diferença na igualdade –, uma série de movimentos mudou muito essa imagem. Acho que continua um pouco essa linguagem do bovarismo, de jogar para o outro. Essa é uma das nossas grandes contradições: como é que a gente lida com esse nosso passado que é presente, da escravidão. Eu sempre cito esse exemplo, mas que é muito bom: um ano e meio após a abolição, fizemos o Hino [à Proclamação] da República, que chama “Liberdade, abre as asas sobre nós” e que diz: “Nós nem cremos que escravos, outrora, tenha havido em tão nobre país”. Um ano depois, e a gente não podia crer! Penso que os brasileiros vivem assombrados pelo fantasma da escravidão. Por que temos que afirmar tanto que somos um país pacífico, sendo um país extremamente violento? Por que temos que afirmar que a nossa foi uma boa escravidão, quando não existe boa escravidão? Um sistema de um homem que é dono de outro homem não pode ser pacífico. Ao contrário. Aqui no Brasil, escravos com 30 anos eram descritos como velhos. Nos Estados Unidos, eram 35 anos. Você vai falar: “Aqui é muito pior”. Não, ambos são péssimos. Agora, minha pergunta é: por que nos Estados Unidos afirmam que são um país dividido e no Brasil nós temos essa linguagem?

Lilia, em uma nova biografia sobre o Brasil, escrita daqui a cem anos, há o risco ainda de ela continuar apontando um país desigual?
Gostaria muito de ter essa resposta. Gostaria muito de dizer que a história é uma disciplina, nesse sentido, que tem potencial de previsão. Mas nós não somos bons de projeções e de previsões. Quem diria, em 2014, que estávamos à beira de um novo impeachment? Quem diria que o Brasil passaria por uma crise dessa proporção? Não dava para dizer. A gente podia apontar para a ideia de “olha, tem algo acontecendo”. O que tenho certeza é que essa biografia, feita daqui um século, será muito diferente, porque nós sempre voltamos ao passado com perguntas novas. Acho que o Brasil, também, para não falar só de crise, está se construindo mais libertário, no sentido de que é um país que está permitindo novas formas de arranjo familiar; está permitindo, finalmente, que a questão racial seja tratada – não digo resolvida, mas que ela faça parte da nossa agenda; finalmente está lidando com a corrupção; finalmente está lidando com os nossos machismos. Então, dizer para você que será melhor, não sei dizer, não. Dizer que será diferente, e que as pessoas vão voltar ao passado e descobrir aspectos que eu e Heloísa não podíamos nem imaginar, disso tenho certeza.